

INFORME SEMANAL

N. 70 | 31 de outubro a 04 de novembro

LEI DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – PLN 32/2023

Com a realização do 2º turno das eleições no último domingo (30/10), iniciaram as tratativas para o período de transição entre governos, tendo como um dos principais focos a discussão sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA 2023 – que define as regras orçamentárias para o ano de 2023.

Nesta quinta-feira, dia 03/11, estiveram reunidos o Senador Marcelo Castro, relator do orçamento 2023 no Senado Federal, e membros da equipe de transição, dentre eles o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, para discutir adequações no projeto de lei abrindo espaço para recursos voltados à implementação de promessas que integram o plano de governo que inicia no próximo ano.

Dentre as propostas em discussão, encontra-se a PEC da Transição, proposta sugerida pela equipe que representa o novo governo e que tem como objetivo dispensar o cumprimento do teto de gastos da União em temas específicos, possibilitando, dentre outros, a continuidade do pagamento do auxílio emergencial.

Na última semana, o projeto de lei orçamentária foi objeto de análise pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, ocasião em que houve a aprovação do encaminhamento de propostas de emendas para a suplementação de recursos relativos ao seguro rural, ciência e tecnologia, defesa agropecuária e regularização fundiária. As propostas de emendas prevêem a destinação adicional de R\$ 900 milhões de reais, somados aos R\$ 1,1 bilhão de reais previstos na proposta orçamentária original, alcançando o importe de R\$ 2 bilhões de reais para subvenção ao prêmio de seguro rural. Também foram incluídos na proposta o acréscimo de R\$ 350 milhões de reais para subsídios à Defesa Agropecuária; R\$ 200 milhões de reais para investimentos em pesquisa, através da Embrapa e R\$ 570 milhões de reais destinados ao INCRA, para o custeio de ações de regularização fundiária.

As emendas sugeridas pela Comissão serão encaminhadas ao relator da proposta de orçamento, para posterior análise sobre a viabilidade, ou não, de sua inclusão no texto. Até dia 14/11 poderão ser apresentadas propostas de emendas à proposta de orçamento.